



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO**

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
13/02/2022
AS 14:28 Horas
Ass.:



Of. nº 020/2022 – GAB/PL

Bento Gonçalves, 09 de fevereiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 25, que "AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL".

O Projeto de Lei que ora estamos encaminhando pretende que os Vereadores que integram essa Colenda Câmara Municipal autorizem a contratação administrativa, temporária e emergencial de 50 (Cinquenta) Cargos na categoria funcional de Agente de Manutenção Urbana e Obras, para atender as demandas de manutenção e obras no Município, conforme descrito no art. 1º do projeto de lei em anexo.

A necessidade temporária de excepcional de interesse público para contratação administrativa, temporária e emergencial do cargo, se faz necessária uma vez que o Município tem intensificado mutirões em todos os bairros e distritos, inclusive em finais de semana, realizando manutenção e obras.

As melhorias que estão sendo atualmente intensificadas, demandam de um tipo de mão de obra especializada, pois há ocasiões em que são realizadas diversas tarefas por uma mesma pessoa.

O principal motivo destas contratações são para agilizar o andamento dos serviços, e garantir um melhor lugar aos munícipes. Cabe destacar ainda que, é uma alternativa à terceirização, visto que o contratado temporariamente tem um custo inferior ao terceirizado, algo benéfico para a administração pública, que possibilita efetuar melhorias na infraestrutura municipal.

A autorização da contratação que por ora está sendo prevista no projeto de lei em anexo, tem fundamento nos artigos 233, inciso III e 234 da Lei Complementar Municipal nº 75, de 22 de dezembro de 2004, e suas alterações, pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, se necessário, e possui impacto orçamentário e financeiro favorável, conforme documento em anexo.

Sendo assim, encaminha-se projeto de lei em anexo, uma vez que se faz necessária a autorização legislativa para a contratação administrativa, temporária e emergencial.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Rafael Pasqualotto
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade

03
sh

**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO**

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO
ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E
EMERGENCIAL.

Art. 1º É o Município de Bento Gonçalves autorizado a efetuar a contratação administrativa, temporária e emergencial, a seguir relacionada, a fim de atender necessidade temporária de excepcional de interesse público:

I – 50 (Cinquenta) Cargos na categoria funcional de Agente de Manutenção Urbana e Obras, Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Padrão de vencimento E05-A.

Parágrafo único. A necessidade temporária de excepcional de interesse público para contratação administrativa, temporária e emergencial do cargo, se faz necessária uma vez que o Município tem intensificado mutirões em todos os bairros e distritos, inclusive em finais de semana, realizando manutenção e obras.

Art. 2º Ao contratado temporariamente serão assegurados os direitos elencados no Art. 236 da Lei Complementar nº 75, de 22 de dezembro de 2004 e em leis específicas, quando for o caso.

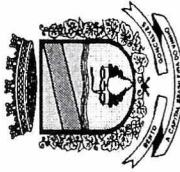
Art. 3º A contratação efetuada será pelo prazo de até 10 (dez) meses, conforme art. 234 da Lei Complementar nº 75, de 22 de dezembro de 2004, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, se necessário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por recursos do orçamento vigente em dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois.


DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES			
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO			
Processo Seletivo Simplificado para contratação de Agente de Manutenção Urbana e Obras – 50 Vagas 40 Hrs			
DATA DA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO:		02/02/2022	
EXERCÍCIO EM QUE A AÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR:		2022	
Nº:	311	ANO:	2022

A - MOTIVAÇÃO E COMPENSAÇÃO			
Motivação do impacto (informar o código da legenda abaixo)			
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)			
Motivação do impacto - Legenda			
1 - Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)			
2 - Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)			
3 - Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)			
4 - Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)			
5 - Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)			
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)			
Gastos previstos no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes			
FONTE	2022	2023	2024
0001	2.118.774,76	2.118.774,76	-
TOTAL		2.118.774,76	2.118.774,76

B - MECANISMO DE COMPENSAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Aumento permanente de Receitas			
<input type="checkbox"/> Redução permanente de despesas			
<input type="checkbox"/> Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C			
FONTE		2022	2023
-		-	-
TOTAL		-	-

I - IMPACTO FINANCEIRO

ESTIMATIVA DE SALDOS FINANCEIROS POR FONTE DE RECURSOS

Fonte 0001 – Recursos Livres	2022	2023	2024
Saldo do exercício anterior	41.728.811,25	39.610.036,49	37.491.261,72
Receitas (ingressos) - previsão	185.940.445,00	202.651.609,00	221.350.567,00
Despesas - executadas e fixadas	185.940.445,00	202.651.609,00	221.350.567,00
Aumento de despesa ou renúncia de receita	2.118.774,76	2.118.774,76	0,00
Medidas compensatórias	0,00	0,00	0,00
Saldo final	39.610.036,49	37.491.261,72	37.491.261,72

PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCEIRO

O presente gasto está dentro dos parâmetros e limites financeiros, possibilitando sua execução.

II - COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

A - COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL

☒ A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental:

Programa:

Objetivo:

Ação:

Administração do Sistema Governamental

Remunerar os servidores celetistas e estatutários

Remuneração, encargos e direitos dos servidores

☐ A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plano Plurianual.

Projeto de Lei para inclusão no PPA

não é o caso

B - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

☒ A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades:

Programa:

Objetivo:

Ação:

Administração do Sistema Governamental

Remunerar os servidores celetistas e estatutários

Remuneração, encargos e direitos dos servidores

☐ A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO.

Projeto de Lei para inclusão na LDO

não é o caso

Departamento Legislativo - 25 fev 2022 10:19

C - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO

☒ A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor:

Projeto/Atividade:	2205 - Remuneração, encargos e direitos dos servidores
0001 Recurso Livre	Saldo
	100.076.200,00

III - LIMITES

A) PESSOAL

	2022	2023	2024
(1) Receita Corrente Líquida (Atual e Prevista)	473.467.890,00	514.256.089,00	561.023.046,00
(2) Comprometimento atual de gastos com pessoal	208.253.886,19	225.041.683,55	238.575.486,34
(3) Percentual de comprometimento atual de gastos com pessoal	43,98%	43,76%	42,53%
(4) Acréscimo nos gastos	2.118.774,76	2.118.774,76	-
(5) Mecanismo de Compensação	-	-	-
(6) Gastos Totais Projetados com o aumento proposto (6 = 2 + 4 - 5)	210.372.660,95	227.160.458,31	238.575.486,34
(7) Percentual projetado em relação à Receita Corrente Líquida (7 = 6 / 1*100)	44,43%	44,17%	42,53%

PARECER SOBRE O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO COM PESSOAL

Não será comprometido, pois continuará dentro dos parâmetros legais.

PARECER FINAL

De acordo com os valores projetados, há previsão de saldo orçamentário e financeiro para a realização da referida despesa de pessoal.


ELISIANE SCHENATTO
Secretária de Finanças


TIAGO JOSÉ DE LIMA
Contador - CRC/RS 79.606/O-2

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, AMARILDO LUCATELLI prefeito em exercício do município de Bento Gonçalves, no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento às determinações do Inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da referida estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, DECLARO existir recursos para a execução da ação pleiteada.

Declaro, ainda, que a execução da ação acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal.

Por se tratar de renúncia de receita, nos termos do art. 14 da LRF, declaro, também, que as ações previstas possuem mecanismo de compensação compatível e adequado, conforme consta na letra B.

Bento Gonçalves, 02 de fevereiro de 2022.


Amarildo Lucatelli
Prefeito em exercício

05A
28

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CARGO		NOVOS GASTOS PREVISTOS							Total Mensal	
	Fonte de Recurso	Vencimento Bruto	Periculosidade 30%	Provisão Férias + 1/3	Provisão 13º Salário	INSS (22,35%)	Vale Alimentação	Qtde		
Agente de Manutenção Urbana e Obras 40 Hrs A05	0001	2.059,41	617,82	74,37	223,10	664,85	598,00	50		211.877,48
TOTAL		2.059,41		74,37	223,10	664,85	598,00	50,00		211.877,48

2022 (Meses)	10
TOTAL 2022	2.118.774,76
2023 (Meses)	10
TOTAL 2023	2.118.774,76
2024 (Meses)	0
TOTAL 2024	0,00

Suplente
Tiago José de Lima
Contador - CRC/RS 79.606/O-2

*OBS.: Em relação ao Valor utilizado para cálculo de Vale Alimentação, está sendo considerado o Impacto Orçamentário e Financeiro de Nº. 302/2021, onde o valor é alterado de R\$ 17,00 para R\$ 26,00 p/dia.